

# MUSEU DA PESSOA



Museu da Pessoa

Uma história pode mudar seu jeito de ver o mundo.

Fundação Banco do Brasil - 20 Anos (FBB)

## O babaçu que transforma vidas

História de [Raimundo Ermino Neto](#)

Autor: [Museu da Pessoa](#)

Publicado em 13/10/2008

---

Projeto: Fundação Banco do Brasil  
Depoimento: Raimundo Ermino Neto  
Entrevistado por: Cláudia Leonor e Eliete Silva  
Local: Brasília  
Data: 05/10/2006  
Realização: Instituto Museu da Pessoa.Net  
Entrevista: FBB\_HV033  
Transcrito por Maria da Conceição Amaral da Silva  
Revisado por Elenice Giusti

P/1 – Bom, seu Raimundo, então a gente vai começar a nossa entrevista, eu vou pedir para o senhor falar de novo o seu nome completo, o local e a data de nascimento.

R – Raimundo Ermino Neto. Nascido em quatro de agosto de 1962. Eu nasci e me criei no povoado São Manuel, no município Lago do Junco, Maranhão.

P/1 – E o nome dos seus pais, seu Raimundo?

R – O nome do meu pai, quando tinha vida, né, Manuel Ermino Martins. E a minha mãe, Quitéria Onória da Silva. Ambos cearenses.

P/1 – E como que eles vieram do Ceará para o Maranhão, o senhor tem ideia?

R – Meus pais vieram do Ceará para o Maranhão na década de 58. Finalzinho da de 58, né? Eles vieram em busca de uma condição de vida mais digna. Todos os dois eram lavradores. E eles vieram por causa da seca e por não ter trabalho lá no Ceará. Não tinham terra para trabalhar. Então no Maranhão já tinha alguns amigos e eles resolveram vir para o Maranhão. Porque na época o Maranhão era muito bom. Era uma terra fértil. Era uma terra que tinha muita água, muita caça. E terra não tinha dono no Maranhão. Então eles vieram em função disso.

P/1 – Não tinha dono como assim? Era, como que obtinha a posse da terra?

R – Até nessa década de 50 as terras do Maranhão eram terra que não tinha grandes fazendeiros, grandes latifúndios. Ou seja, aonde o lavrador chegava ele podia fazer a sua casa, colocar a sua roça, plantar o que quisesse, né? E as terras não tinha um dono, nessa época, não era todo o Maranhão que tinha terra. Então em função disso, né, foi que meu pai chegou nesse povoado de São Manuel e se instalou. E dali nessa época ele só tinha um filho. Nessa época só um filho. Depois nasceu mais sete.

P/1 – [risos] Fala um pouquinho então dos seus irmãos, seu Raimundo.

R – Meus irmãos, nós somos quatro homem e quatro mulher. Todos agricultores. Tem um hoje que é agente de saúde. O meu, eu e os meus irmãos fomos pessoas que estudaram pouco, na época, 20, 30 anos atrás a questão da educação não era tão fácil estudar. O povoado não

oferecia condições de infraestrutura. Não tinha estrada, não tinha energia. Não tinha acesso a uma escola de qualidade. E nessa época até a escola era chamada João de Barro, e era feita pelos pais. Então não tinha uma vontade política do prefeito municipal de ter uma escola onde todos podiam estudar. Eu, por exemplo, eu na minha adolescência estudei em um povoado fora do meu povoado. Distância de seis quilômetros, levando um banco nas costas para estudar no outro povoado. Então, por esses fatos, nós não conseguimos estudar tanto. A gente veio fazer, a gente veio estudar um pouco mais depois de adulto. Depois de casados.

P/1 – E, descreve como é que era o povoado de São Manuel assim, quando o senhor era criança?

R – O povoado de São Manuel, quando eu era criança, era um povoado que eu ainda alcancei uma floresta, digamos assim. Um pouco da floresta primária. Muitos babaquais, muitas nascentes de água. E onde as pessoas não tinham implantado ainda o chamado Projeto da Pecuária Extensiva. Era um região que a questão da agricultura tinha mais facilidade. Esse lado eu alcancei no meu povoado. Só que, por outro lado, tinha uma grande dificuldade no meu povoado. A dificuldade que eu acabei citando agora pouco, que era falta de estrutura, de infraestrutura do povoado. Nós não tínhamos escola, hoje a gente já tem. Nós não tínhamos estrada, hoje a gente já tem estrada. Nós não tínhamos eletrificação, hoje nós já temos eletrificação. Nós não tínhamos terra para trabalhar. Apesar de eu ter falado agora pouco que na época a terra não tinha dono, mas com a implantação do projeto da pecuária, quando eles cercaram as terras, nós ficamos sem terra. Então hoje nós temos terra porque nós fizemos uma reforma agrária à base da resistência. Por a gente já morar no povoado, quando implantaram o projeto da pecuária, nós resolvemos fazer uma reforma agrária, né? Para pressionar o Incra, para pressionar o Estado para que desapropriasse, fizesse uma arrecadação daquelas terras e passasse para nós. Hoje nós somos assentados. Então é um pouco da história. Só que essa reforma agrária, ela custou caro. Não é com essa simplicidade que eu estou falando, né?

P/1 – [risos] Da mesma maneira que a família do senhor, outras famílias também foram lá para São Manuel e também tiveram a posse da terra através dessa reforma agrária. É isso?

R – É, da mesma maneira que meu pai veio do Ceará, a região do Maranhão, pegando aquela região do Médio Mearim principalmente, são todos praticamente descendentes, que migraram do Nordeste. Principalmente do Ceará, do Piauí e do Pernambuco. Mas, com maior frequência, do Ceará. Então todas essas pessoas ficaram sem terra para trabalhar e fizeram parte dessa reforma agrária que nós conseguimos desapropriar muitas terras nessa região do Médio Mearim. Pegando ali em média de sete municípios, aí fizemos a reforma agrária nesses sete municípios. Sete a oito municípios na região do Médio Mearim. Onde a Assema [Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão] tem atuação frequente.

P/2 – Raimundo, e antes da reforma agrária mesmo, como que vocês trabalhavam na terra, assim?

R – Bom, antes da reforma agrária, né, se nós pegarmos como referência os anos 50, os anos 60, quando meu pai chegou, as terras eram muito produtivas. Mas que já tinha proprietário se aproximando para dominar a terra. Então nós éramos chamados de famílias agregadas. O que era essa história das famílias agregadas? Famílias que não tinham terra para trabalhar e morar. Moravam nas terras dos patrões. Então, para a gente botar roça, precisava pedir a terra ao patrão. E tinha um pagamento, chamado de foro, que é uma renda. A renda era muito cara. Era chamado de três alqueires por linha. Ou, era a mesma coisa que você pegasse aí por hectares, somava nove a dez alqueires por hectare. Então era um momento difícil. Com a implantação do projeto da pecuária nós não tivemos mais terra para trabalhar. Porque o projeto só serviu para a criação de bovinocultura extensiva. Aí é que, para as famílias que não teriam onde morar no interior, nem trabalhar, e nem quiseram migrar para a cidade e, para o êxito rural, resolvemos fazer uma reforma agrária. Que é o que nós chamamos a base da resistência. Por que resistência? Porque nós já morávamos naquele povoado. Por exemplo, eu nasci lá. Aí, partimos para a reforma agrária, como garante o estatuto da terra. Ela custou caro, ela foi árdua.

P/1 – A gente vai entrar em mais detalhes em relação à reforma agrária. Eu queria que o senhor assim, contasse um pouco da sua infância. O que é que o senhor fazia quando criança? Ajudava o seu pai, brincava do quê? Era peralta? Era falando, assim, fazia muita estripulia?

R – Eu sempre fui um aluno, aliás, uma criança, né? Segundo, quando no tempo da minha adolescência, hoje converso bastante com a minha mãe. Ela tem hoje 71 anos, e ela diz que eu fui um menino considerado calmo. Primeiro, eu e os meus outros irmãos, a gente não trabalhou na nossa infância. O trabalho que a gente fazia junto com o meu pai e minha mãe era um trabalho muito leve. Um trabalho que era considerado um trabalho de educação. E eu nunca fui um menino de aprontar na rua. Segundo a minha mãe fala hoje. E sempre era daquele de estar junto com a família, só depois quando eu já me tornei um pouco, né, na adolescência, que comecei a entrar na brincadeira com os meus amigos. Eu tinha um esporte que era o que eu mais gostava, que era jogar bola. Jogar bola, jogar pião, jogar triângulo. Brincar na Semana Santa, que era o chamado daquela bola de palha de milho que a gente jogava no período da Semana Santa.

P/1 – Por quê?

R – E quadrilha. Festa junina.

P/1 – Por que era no período da Semana Santa?

R – Uma tradição, digamos assim, do nordestino. E como a gente somos nordestinos, descendentes de nordestino de no período da Semana Santa a gente brinca muito. Essas brincadeiras de cultura nordestina. Que era, hoje não existe mais, essa cultura de brincar com as bolinhas de palha de milho na Semana Santa não existe mais.

P/1 – Descreve para a gente como é que é essa brincadeira? A gente não conhece.

R – A brincadeira que nós chamávamos daquela bolinha de palha de milho, a gente pegava a palha do milho fazia uma bonequinha. E amarrava um cordão naquela bonequinha. Sobrava um pouco da palha de milho para cima, e a gente riscava ela bem riscadinha. Ela fica maneira! A gente fazia uma roda no meio do terreiro, da juventude, até algumas pessoas já adultas e ficava jogando a bola de um para o outro. Com a mão. Aquele que deixasse a bola cair, automaticamente, já ia saindo da brincadeira. E ficava duas pessoas para disputar quem teria mais equilíbrio com a bola na mão. Jogando um para o outro. Era chamado de “bola da palha de milho”, no período da Semana Santa. Hoje não existe mais. A juventude não quer mais fazer isso. Quer dizer, é uma cultura que, na minha época, eu brinquei bastante.

P/1 – Tem outras assim, que são típicas da região do senhor?

R – Tem, tem: “jogar triângulo”, né? Que é o “peixe no chão”.

P/1 – Como é que é?

R – O peixe a gente faz em formato de peixe no chão, e vai fazendo umas linhas, como se fossem as “espinhas do peixe”. E tem um triângulo feito com arame, e esse, a gente vai jogando no chão, né? Vai jogando, aquele arame tem uma ponta e ele tem que bater e enfiar no chão entre uma linha e outra. Se ele bater em cima daquela linha, ele, automaticamente vai saindo, né? Então isso era muito brincado no meu tempo. E a outra brincadeira também no tempo da minha infância, era “jogar pião”. O pião também eu considero hoje que é uma brincadeira mais nordestina. É fazer o pião dançar no meio do terreiro. E isso, hoje, praticamente não acontece no período da Semana Santa.

P/1 – Fantástico. E, como é que era assim as celebrações da Semana Santa, tinha que ir para a igreja? Tinha procissão?

R – É, as celebrações na Semana Santa, elas ainda hoje acontecem. A gente celebra o período da campanha, da Campanha da Fraternidade, né? Toda, o período da Quaresma. O primeiro domingo, Domingo de Ramos, a gente celebra uma procissão fora da igreja, é chamada a Celebração de Ramos. Porque é o momento que Jesus entra com seus discípulos em Jerusalém, montado no jumento, e a gente finaliza essa celebração na igreja. Levantam os ramos, espalhando os ramos na estrada. E durante a Semana Santa a gente fica segunda, terça e quarta sem celebrar. Na quinta-feira as três da tarde, dependendo da programação de cada comunidade, a gente celebra a Celebração do Lava-pés. A última ceia que Jesus celebrou e pediu a multiplicação dos pães para os seus discípulos. E um momento também que ele é traído, né? E, na sexta-feira a gente celebra a Paixão e Morte de Jesus. E a Via Sacra. A gente também faz na rua a Via Sacra, né, terminando a última estação na igreja. E no sábado é a noite da Vigília Pascal. Uma noite muito assim, importante para o cristão, o momento da Ressurreição de Jesus. A gente celebra a celebração da Vigília Pascal fora da igreja. Vem em procissão finaliza na igreja. E domingo, que é a Ressurreição de Jesus, o domingo da Páscoa, muitas das nossas comunidades celebram, às cinco da manhã, o momento que Maria vai ao túmulo e é a Ressurreição de Jesus. Então isso é um pouco da cultura religiosa nas comunidades.

P/1 – Seu Raimundo, e o senhor estava contando essa história aí nas, das brincadeiras, como que era a infância lá no povoado de São Manuel. E a adolescência do senhor? A juventude? Como que era?

R – É, a minha juventude já foi um pouco mais diferente. Primeiro, na minha juventude eu não tive a oportunidade de estudar. Esse foi um, considero um prejuízo. Depois de adulto tentei superar, mas não foi possível superar da forma que eu achava que eu deveria. Mas, na minha juventude, eu posso dizer que fui um jovem que, mesmo estando em uma comunidade rural, aproveitei bem a minha juventude. Apesar de eu trabalhar na agricultura junto com a minha família, com os meus pais, os meus irmãos, eu aproveitei muito a minha juventude brincando. Indo às festinhas da comunidade. Indo nos forrós que tinham na época, chamavam de forró. Indo às quadrilhas. Fazendo trabalho da igreja. Então eu considero que eu aproveitei bem. Tive toda a liberdade do meu pai e da minha mãe para ir às festas, para se divertir com os meus amigos. Nunca fui viciado na minha juventude. Nunca fui alcoólatra. Sempre bebi uma bebida, mas como esporte, né? Entretanto nunca dei preocupação aos meus pais por questão de bebidas. E gostei muito do esporte que era jogar bola. O resto era me divertir mesmo nas festas. E quando dava certo arrumar uma namorada, né, esse era... Então eu considero que fui um jovem na minha adolescência que aproveitei a vida.

P/2 – O senhor chegou a casar cedo?

R – Eu não me casei muito cedo não, eu me casei com 24 anos, né? Eu acho que eu já estava, considerava um pouco maduro para assumir essa responsabilidade, que era mudança da juventude para a vida de construir uma família. Então eu me casei já pensando no futuro e, entretanto, eu nunca encontrei muita dificuldade, assim, de que acho que eu não devia ter me casado não. Eu me casei com 24 anos de idade.

P/2 – E senhor se casou antes ou depois da reforma agrária lá?

R – Eu me casei antes da luta da reforma agrária. Eu me casei em 1985, em setembro de 85, e a luta pela posse da terra começou um mês depois.

P/1 – Olha.

R – Aí imagine, né? Como é que ficou a minha lua-de-mel. [risos]

P/1 – [risos]

R – Assim que me casei, já foi preciso entrar na luta pela posse da terra. A parte da organização dos movimentos. Aí foi meu primeiro passo depois do casamento, foi fazer parte da mobilização dos movimentos.

P/2 – O senhor nos contou, seu Raimundo, que o senhor foi animador da comunidade, né? Isso foi antes da luta pela reforma agrária?

R – Foi.

P/2 – O que é que era ser animador da comunidade?

R – Bom, animador na comunidade é uma espécie de uma pessoa, duas, três pessoas que a comunidade reúne, escolhe essas pessoas para celebrar aos domingos. Nas comunidades rurais tem os dirigentes. Eu era chamado de dirigente da comunidade. Porque eu celebrava aos domingos. Eu fazia aquele papel do padre. O padre celebra a missa, e eu celebrava as celebrações. Chamava os cultos dominicais. Então a gente começou em 84. Nós fundamos a comunidade em 84 e eu fiquei nessas celebrações de 84 até praticamente 2000. Praticamente aí, 18 anos.

P/1 – Nossa, é, pouco tempo. Que comunidade que o senhor ia fazer essas celebrações?

R – Eu fazia, eu era responsável pela minha comunidade São Manuel. Como é criado um conselho chamado, Conselhos Regionais da Paróquia, muita das vezes a gente saía para apoiar outras comunidades. As comunidades mais vizinhas à da gente. Por exemplo, Ludovico, Senador Aguiar, São João da Mata, Morada Nova. Eram as comunidades que estavam em torno da minha comunidade. Mas a minha responsabilidade, mesmo, era pela comunidade São Manuel. Porque em cada comunidade dessa tinha também um dirigente. A gente trocava experiência.

P/2 – Seu Raimundo, então não existia o padre, assim? O padre não ficava ali? Não tinha uma paróquia, uma igreja?

R – Não, na nossa região, tem uma diocese, Diocese de Bacabal. Que tem atuação praticamente em vinte e nove municípios. E tem as paróquias. Por exemplo, a minha comunidade pertence à paróquia de Largo da Pedra. Mas nós temos três padres para atender quatro municípios, com várias comunidades. Então o padre tem pouco tempo para atender todas as comunidades. E ele passa de dois a três meses sem ir à comunidade. Então, nesse período, é que a gente fica celebrando. Nesse período que não tem a visita do padre.

P/1 – Fantástico. Vamos falar um pouquinho assim do Maranhão? Que a gente estava conversando agora, tomando café?

R – Vamos.

P/1 – Eu queria que o senhor descrevesse. A gente estava falando assim, como é que era o Maranhão. Do ponto de vista da fauna e da flora. Eu queria que o senhor descrevesse um pouquinho. Aquelas distâncias enormes.

R – Certo. Para descrever o Maranhão hoje... O Maranhão é um dos estados brasileiros, acho que eu não tenho muita segurança, mas acho que ele fica aí, é o terceiro ou quarto estado brasileiro em tamanho. É o maior. Dentre os quatro, ele é um deles. É um estado que tem praticamente todos os biomas brasileiros. No Maranhão, nós temos o Cerrado, que pertence um pouco ao semiárido. Nós temos o Pantanal, que é região da Baixada Maranhense, né? Nós temos o Médio Mearim que é onde eu estou localizado, a Região dos Babaquais. Tem a Região dos Cocais, que está ligado aos babaquais, que é a região de Caxias Muniz, os Lençóis Maranhenses. Então, é um estado que tem todos os biomas. E hoje, o Maranhão, com tudo isso, tem uma grande riqueza de água, de recursos naturais. O buriti, o açaí, o pequi, os babaquais. Tem a maior quantidade de babaçu de todos os seis estados brasileiros, a maior concentração, está no Maranhão. Então, é uma dimensão do nosso estado. Agora, uma pena, né? É um dos estados, também, que tem sofrido muita devastação da natureza, da floresta, dos babaquais. Na verdade, ele sofreu uma devastação, digamos assim, desordenada. Implantação do chamado Projeto da Pecuária.

P/1 – E a gente estava falando que uma cidade é sempre muito longe da outra, tem grandes distâncias. Para estudar, o senhor andava seis quilômetros, eu queria que o senhor...

R – É porque, na época, como entre os povoados tem uma certa distância de um para o outro. Então se a gente pegar, nós ainda temos hoje, comunidades que entre uma e outra, são um pouco distantes. Por exemplo, essa dimensão das estradas, do povoado de um para o outro. No tempo que a gente estudava é que nós passamos por esse momento. A gente estudava de seis quilômetros do meu povoado para um outro povoado, né? E a pé. Sem estrada, na lama. Então era uma dificuldade. Em função disso, eu acredito que há falta também de vontade política de fazer com que, o governo tenha a vontade de implantar uma política de inclusão social. Então a gente percebe muito isso hoje, dos governantes.

P/1 – E a gente estava falando também daquela questão da desnutrição infantil, do trabalho da Pastoral da Criança, que ali foi pioneiro, né? Junto com o Unicef.

R – Justo. É, se a gente pegar aí 15, 20 anos atrás, naquela região do Maranhão, onde tinham grandes índices de mortalidade infantil por falta de uma alimentação adequada para as famílias, por falta de um tratamento e um acompanhamento médico, né? E por falta de conhecimento até das famílias com relação a banheiro séptico, a questão de cuidados mais sanitários. Foi daí que a Pastoral da Criança, incentivada e apoiada pelo Unicef, que trabalhou essa questão da mobilização e da conscientização da campanha da Pastoral da Criança. Hoje nós não temos mais esse índice de mortalidade infantil. Assim, mas graças a esse trabalho da Pastoral, via Unicef.

P/1 – E consistia em quê? A gente estava falando da farinha, da multimistura.

R – É, que implantou essa questão do alimento mais nutritivo que é a multimistura. E dentro dessa multimistura, tem muitos alimentos que são naturais. Que são naturais. Que são o pó da macaxeira, o cunho do arroz. Digamos hoje, nós podemos estar inserindo o mesocarpo do babaçu.

P/1 – Ah, também?

R – Que é nutritivo, é energético. A semente da abóbora, o gergelim, então é, um pouco do farelo do trigo. Então esse é a chamada de multinistura que veio salvar hoje as crianças com esse trabalho feito da Pastoral. Então, hoje nós não temos mais essa questão da mortalidade infantil como nós tivemos anos atrás. Isso deu uma avançada importante.

P/1 – Então, vamos falar agora da luta pela terra.

R – Certo.

P/1 – Como é que, veio o projeto de agropecuário, e como que vocês começaram a se mobilizar lá na comunidade?

R – Bom, o primeiro passo que a gente deu com relação à questão da reforma agrária, foi na vinda dos nordestinos, na década de 50, 60. Como eu teria falado anteriormente, só para se situar um pouquinho. Como a terra não tinha dono, as pessoas achavam que aquela terra nunca ia passar a ter dono. Com o mandato do governo José Sarney na década de 60, ele criou um Projeto de Lei no estado chamado usucapião, onde ele fêtiou o Maranhão e vendeu as terras para grandes latifundiários. E esse pessoal implantou um projeto de pecuária, dizendo que salvariam o Maranhão. Ia se, né, o Maranhão ia se fortalecer na questão a agricultura. Com isso as famílias ficaram sem condições de terra para trabalhar. As terras passaram a ter dono. E ficamos a década de 70 toda, o pessoal sendo agregado. Na década de 80, os trabalhadores só tinham uma opção, duas opções: Primeira, era lutar para resistir na terra e a segunda, era migrar para a cidade. E o que é que nós fizemos? Nós dissemos: " - Vamos lutar aqui onde nós nascemos e "se" criamos." E, em 1985, a primeira luta nossa foi para libertar o babaçu, que também estava preso. O babaçu, o coco babaçu, era do proprietário que tinha um reideiro. Ele juntava, e dava a metade para as pessoas. E ele mesmo comprava a parte que ficava para as quebradeiras, para as famílias, pelo preço que ele queria, né? E a gente, juntamente com o coco ficávamos presos. No finalzinho de 85, nós criamos uma mobilização e libertamos o babaçu. Ou seja, criamos acesso livre aos babaçuais. Mas só isso aí não bastou para as famílias.

P/1 – Deixa eu só tirar uma dúvida! Esse acesso livre, é como se fosse uma atividade extrativista?

R – Uma atividade extrativista onde as famílias tinham acesso ao uso racional aos babaçuais, para coletar, quebrar e vender onde elas achassem que deveriam vender.

P/1 – Entendi.

R – Mas até aí, nós não tínhamos nada que nos garantissemos. Estava na fala.

P/1 – Na palavra.

R – Na palavra. Mas já foi um avanço, né? E em 86, nós compreendemos que só ter o coco para quebrar e não ter a terra para trabalhar na agricultura branca: arroz, feijão, milho, mandioca, fava, não era o suficiente. Aí nós dissemos: "Vamos agora partir para a luta da reforma agrária." E mobilizamos as comunidades daquela região, que não foi só mais a minha, e fizemos uma luta pela posse da terra. Essa luta, ela já foi um pouco mais árdua. Foi no mesmo período que no Brasil se criou também a União Democrática dos Ruralistas, chamada UDR. Era um sindicato que protegia os grandes latifundiários, né? E com a nossa união, apoiada pela igreja, pelos movimentos sociais e sindicais, nós partimos para confrontar com essa grande associação dos ruralistas no Brasil. E fizemos a reforma agrária. A base da resistência. Só que nós fomos chamados na Justiça para prestar esclarecimento, prestar audiência na Promotoria, na delegacia. Em 1986, nós tivemos 31 pessoas indiciadas na Justiça. Entre eles, eu prestei esclarecimento durante oito anos.

P/1 – Nossa, oito anos?

R – Oito anos. Tivemos companheiros que foram presos, tivemos companheiros que foram para júri popular, e tivemos companheiros que perderam a vida, por conta dos grandes despejos feito pelo latifúndio. Polícia, jagunço. E perdemos um companheiro em maio de 86. Os anos de 86, 87, 88, foram realmente de luta pela terra. Perdemos alguns companheiros em outras comunidades. Derrubaram casas em vários povoados nossos. Queimaram casas. Fizeram várias famílias dormir no mato. E quando em 87, 88, a luta foi ficando um pouco mais moderada, parte das terras já haviam sido desapropriadas. Quando, em 1988, nós já estávamos na terra, mesmo com problemas de legalização, que nós ainda temos até hoje, já estávamos trabalhando. Aí é que entra a história da Assema, a partir de 88. Em 88, como nós já tínhamos a terra, nós já estávamos pensando em produzir e comercializar, agregar valor à nossa produção. Tanto ao babaçu quanto às culturas anuais. E nós começamos a mobilização durante o ano de 88. E criar um instrumento, nós não sabíamos o que era, né? Que viesse viabilizar a nossa organização da produção, a questão fundiária e a capacitação das famílias. E daí criamos a Assema, em 89. Como instrumento para acompanhar e, fazer um acompanhamento técnico das famílias assentadas, trabalhadores e trabalhadoras rurais. Porque nesse momento, o governo estava botando alguns projetos de infraestrutura para os assentados. E os assentados não tinham capacidade administrativa, e os projetos estavam dando errado. E o governo dizia: "É os trabalhadores que não têm capacidade." E criamos a Assema. Em 03 de maio de 1989. A Assema foi criada com essa missão: trabalhar a organização da produção, trabalhar a capacitação das famílias, trabalhar a criação do núcleo de geração de renda com tecnologia social adaptada às famílias camponesas. E a formação de lideranças. Para fazer, trabalhar as intervenções políticas.

P/1 – Como é que foi a mobilização? Assim, vocês iam nas comunidades, falavam com os assentados? Como é que foi para mobilizar essas...

R – A criação da Assema, né?

P/1 – É, para a criação da Assema.

R – Olha, durante o ano de 88, nós fizemos reuniões internas em quatro municípios. Nós tivemos o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Lago do Junco, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Luís Gonzaga, de Esperantinópolis, e de uma oposição sindical de Lima Campos. E tivemos o apoio da Acesa [Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura], entidade ligada à igreja que trabalha nessa parte de agricultura e nutrição. E foi quem fez o trabalho da Pastoral da Criança na época. A Acesa, e a própria igreja. Então, nós trabalhamos com essa mobilização de estar discutindo nesses quatro municípios. Para isso, nós fizemos visita também à outras regiões, para conhecer as experiências de outras regiões que já tinham criado uma organização que lhe representassem. A gente foi na Bahia para ver a experiência das organizações que já tinham na Bahia. Escola Família, que já tinha na Bahia, né? Na região de Lagoinha. Cooperativa que já existia lá que é a Capebe [Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança]. Então, a gente foi buscar essas experiências também. E criamos a Assema. Depois de um ano de, praticamente um ano de mobilização na base, com as famílias, principalmente. Tivemos apoio de dois agrônomos, um casal de agrônomos que trabalhavam na Acesa que eram paulistas, e já tinham uma visão do que era uma cooperativa e o que era associativismo. E então, a ideia da Assema era trabalhar a questão da geração de renda dentro, na linha do cooperativismo e o fortalecimento do associativismo. Esse foi um pouco da mobilização.

P/1 – E, seu Raimundo, quando vocês foram assentados como foi essa divisão da terra? Foi por família, vocês decidiram trabalhar em cooperativas? Ou isso só começou a surgir bem depois?

R – Quando a gente se tornou assentado em toda essa região lá do Médio Mearim, a questão do direito de ser assentado, ela vinha por comunidade. Vamos dizer assim, nós pegamos aqui um bloco por município, tinham oito comunidades que foram desapropriadas. Então essas, cada comunidade, tem um grupo de assentados que tem uma associação que eles administram aquela terra que conseguiram. Coletivamente, e outros, já estão loteados. Cada um tem o seu lote. Mas que tem uma associação de assentados daquela comunidade. A comunidade que está vizinha, também tem a sua estrutura. A terra é deles, tem uma associação e eles administram os projetos que vão lá. Agora, todas essas associações estão associadas à Assema. Todas as associações de assentados, desses sete municípios que nós trabalhamos. Agora, cada associação tem a sua autonomia de gerenciar o seu projeto, de ter a sua associação. E a Assema presta um acompanhamento técnico para esta associação, dos projetos em desenvolvimento locais dessa associação. Não sei se estou sendo claro?

P/1 – Hum, hum Não, está certo.

P/2 – Está.

P/1 – Já naquela época, na década de 80, você já falava em desenvolvimento social e geração de trabalho e renda?

R – Justo.

P/1 – Já tinha essa...

R – Nós tínhamos essa visão. Nós não sabíamos como seria, né? Fazer essa administração. Então hoje, nós temos várias associações de assentados. Temos sete núcleos de geração de renda. Que a Assema presta uma assessoria a todos os sete. E agora estamos criando mais um, que é no campo da juventude rural. Nós estamos criando uma linha de fortalecimento da educação e geração de renda para a juventude rural, para que não tenhamos o êxodo para a cidade.

P/1 – Queria que você falasse assim, explicasse para a gente assim: descrever para a gente, o babaçu.

R – O babaçu é uma espécie de mata secundária e, depois que é feito todo o desmatamento, surge o babaçu. Ele é uma palmácea que hoje, nos critérios que nós, até onde conhecemos, é o que tem o maior aproveitamento do seu subproduto. Ele tem uma altura de praticamente uns 15 metros a 20 metros, quando adulto. E ele leva entre 10 a 15 anos para botar os seus primeiros frutos. Ele é muito resistente ao corte e ao fogo e só morre se a gente atingir o palmito dele quando novo. E ele é um babaçu que tem muito na nossa região. Dos 18 milhões de hectares que hoje temos nos seis estados brasileiros, 10 milhões estão só no Maranhão.

P/1 – É?

R – 10 milhões. E essa produção de babaçu, tem muitos anos de produtividade. Nós não temos, isso que eu vou falar aqui, cientificamente comprovado, mas até 70 anos eles produzem muito bem. A partir daí, vai começando a diminuir a produtividade. Ele (babaçu), tem as palmeiras, botam quatro cachos, em média. Tem delas que botam mais. Tem delas que botam até um cacho. E é um cacho bem grande. E os babaçus caem. Eles despregam do cacho, caem. E esses cocos são, digamos assim, recursos naturais daquela região, maiores fontes de geração de renda das famílias agroextrativistas. Esses babaçus são coletados. Ele é quebrado e tirado as amêndoas, que é a parte mais nobre do babaçu. Mas ele tem outros aproveitamentos. Por exemplo, essas amêndoas são vendidas ou trocadas por outros produtos. E elas passam por um processo de extração. Um processamento onde é tirado um óleo bruto que serve para matéria-prima na linha cosmética. Aí há uma infinidade de usos na linha cosmética. E também ele é feito um azeite de coco que usa em fritura.

[PAUSA]

P/1 – Então, continuando a entrevista, seu Raimundo, eu teria muito a curiosidade de entender uma coisa assim: o trabalho com babaçu é extrativista. Só as mulheres que quebram o coco? Porque sempre ouvi falar assim: "As quebradeiras, as quebradeiras." E a gente vê muitas imagens assim. Tem uma divisão de tarefas?

R – Tem uma certa divisão de tarefa na quebra do coco. Mas na nossa região homem e mulheres quebram o coco. Agora, a atividade de quebrar coco ela ficou mais forte como uma atividade de mulher. Mas são homens e mulheres que quebram o coco. Eu, né, eu quebro coco, e sei fazer tudo do babaçu. Assim como tem outros homens que também fazem. Mas foi uma atividade que a sociedade impôs que é como que fosse uma atividade, uma profissão para as mulheres.

P/1 – Hum, hum

R – Mas hoje tem muitos homens que quebram o coco igual às mulheres. Não há diferença.

P/1 – E elas vão para os babaçuais? Como é que? A gente vê muitas cenas, assim, eu queria que o senhor descrevesse essa cena. Diz que elas cantam. É muito bonito, né?

R – É, tem. As mulheres têm vários cantos que estão associados à atividade do babaçu. E que elas fazem no momento que estão quebrando o coco. Então elas têm vários versos. Eu não sei, né, cantar os versos. Mas elas fazem isso no momento que estão indo para o mato, quebrar o coco. Porque a atividade de quebrar coco ela se dá em duas partes. Dois momentos. Uma as mulheres, as famílias, as mulheres iam para o mato quebrar coco no mato e já traziam as amêndoas. Deixavam lá toda a casca, iam juntando e quebrando. O outro momento é ir para o mato, levar um animal, e coletar o coco para casa. Para quebrar em casa junto à família fazendo outras atividades em casa. Porque quebrar o coco é um momento meio desconfortável. Se sentar lá no mato no período de chuva. Ou do período muito seco, muito quente. Isso não é fácil. Hoje, com as descobertas do aproveitamento do subproduto do babaçu, por exemplo, a maioria das famílias hoje, estão indo para o mato trazer o coco para casa. Essa parte está sendo feita mais pelos homens. Os homens estão indo para o mato e trás o coco e as mulheres quebram em casa. Porque aí o aproveitamento é melhor, da amêndoa e seu subproduto, da casca para o carvão. Tanto para o carvão do consumo em casa, porque o carvão serve como combustão, como um gás na cozinha. Como para a venda. Para gerar dinheiro. No nosso Maranhão as ferro-gusas, né, as carvoarias compram muito a casca para transformar em um carvão para as carvoarias mesmo. Então isso está sendo aproveitado, hoje a maioria das famílias estão quebrando coco em casa.

P/1 – Então tá. É uma atividade meio coletiva, assim, né?

R – É, que ali está o marido, ali está o filho quando não está na escola. Ali está o filho que já está casado. Que às vezes mora perto da família, ou mora mais do sogro e da sogra. Então é um trabalho mais coletivo. Então isso trabalha já a família.

P/1 – E, culturalmente, ficou esse hábito de, das cantigas junto?

R – É, né. Por exemplo, hoje nós temos a associação de mulheres que é a AMTR - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que é sócia da Assema. Que se elas estivesse aqui, eu não tenho dúvida, elas iriam estar cantando um verso aqui para vocês.

P/1 – [risos] Não, mas não tem problema, a gente não vai fazer o senhor cantar. O senhor fica tranquilo.

P/2 – Seu Raimundo, só uma dúvida assim, a coleta do coco do babaçu se pega quando ele cai no chão? Não é subindo lá, na palma e pegar o coco.

R – Olha, para descrever hoje a história do babaçu, é uma história bastante grande. O coco tem um período, ele leva nove meses para estar maduro. Nove meses! Quando ele amadurece, ele cai por conta própria. Tanto que ele começa a cair, e tem cacho que cai praticamente quase todo de uma vez. Tem cacho de coco que não cai todo. A gente joga um rebolo, ele cai uma parte, outra as mulheres cutucam com uma vara. Cai outra parte. Mas nunca que derruba todo. Então outra família vem atrás e consegue coletar o resto. Tem algumas regiões do Maranhão que as pessoas cortam o cacho para aproveitar o cacho todo de uma vez. Dentro da nossa lei de acesso livre aos babaçuais, que chamamos de Lei de Babaçu Livre, nós proibimos...

P/1 – O corte.

R – ...o corte do cacho. Porque muitos cachos são perdidos. E como a lei garante o uso racional dos babaçuais então ninguém pode sair assim nos cocais e cortando todos os cachos. Então ela se dá nesses aspectos.

P/1 – Que é que é o rebolo que o senhor falou para tirar?

R – O rebolo é quando nós pegamos um outro coco, né, e joga no cacho. E não é todo mundo que faz isso. As mulheres, tem mulheres que fazem. Mas isso é feito mais pelos homens.

P/1 – Precisa de força, né?

R – Depende um pouco mais de força. Mas nós temos companheiras que também não perdem para os homens.

P/1 – [risos] Que tamanho que é o coco?

R – O coco, ele é um tamanho médio assim, né? Desse tamanho. Mas o coco, ele é variável. Ele não tem um tamanho padrão. Tem coco pequeno e tem coco grande. A mesma coisa é a quantidade de amêndoa, que é variável também. Tem coco que tem uma amêndoa, tem coco que tem três, quatro, cinco, até seis amêndoas. Por isso é que até hoje, a tecnologia nunca descobriu a máquina para quebrar o coco de forma aproveitável, porque não é padrão. Aí vem o outro aproveitamento, ainda tem o mesocarpo, que está ali na parte do babaçu. É aquela parte mais branca que nós também estamos fazendo o processamento. Nós temos uma cooperativa que trabalha com o óleo e seu processamento e a massa, que está entre o endocarpo e uma peluzinha que tem do babaçu, a chamada fibra. Então ela é extraída e feito do mesocarpo, uma farinha que é usado na parte alimentícia, né? E na parte culinária, ele é feito um chocolate, um mingau. E é muito, muito rico assim, energético, nutritivo.

P/1 – O gosto, parece com quê que a gente conheceria?

R – Ele tem um gosto de chocolate.

P/1 – Ah, é?

R – Um pouquinho mais leve, mais maneiro do que o chocolate. E vem a parte do caule da palmeira, a palha que a gente aproveita. Tem outras utilidades. Onde ela se decompõe durante dois invernos, dois anos, é feito adubo para as plantas. Qualquer planta que a gente queira fazer. E a palha serve para cobrir casa, fazer a esteira, fazer o pacará para a coleta do babaçu. O talo serve para fazer cerca. É uma infinidade o babaçu. Segundo as estatísticas que nós temos, a palmeira do babaçu tem em média de 60 a 66 utilidades dos seus subprodutos.

P/1 – Fantástico. Vamos passar para a Fundação? Tem alguma... Fala.

P/2 – Quero fazer mais uma pergunta: A Assema, ela cresceu nesse período de 89 até agora. E o senhor acompanhou desde o início, né, a criação da Assema. Como senhor visualiza essa trajetória da Assema lá na região do Maranhão?

R – Bom, eu hoje sou sócio fundador da Assema. Criei a Assema em 89, né? A Assema era uma associação considerada ainda com um raio de atuação pequena e que tinha o seu enfoque um pouco mais na parte da organização da produção, na capacitação das famílias, e nas questões fundiárias. E um pouco do trabalho da organização das mulheres (1989). Com o decorrer do tempo, a necessidade daquela região foi fazendo com que a Assema pudesse e fosse abrindo os seus leques de atuação. E a Assema tem crescido. Tanto no raio geográfico, quanto na atuação nos sete municípios, né? Não é 100 % de cada município, mas na atuação nos sete municípios. E também no desenvolvimento de alguns projetos. Hoje nós estamos trabalhando no avanço que a Assema teve, nós estamos trabalhando na questão das políticas públicas, né? No começo, era muito tímido: as políticas públicas, dentro da questão da infraestrutura dos assentamentos, projetos em desenvolvimento nos assentamentos. A questão de créditos, a questão do reconhecimento e a busca de parcerias. E nós estamos trabalhando a questão da comercialização solidária, um sistema cooperativista e associativista. Nós temos hoje sete núcleos de geração de renda. Tem um fechado hoje, que nós estamos querendo reabrir em 2008, que é o de processamento de fruta desidratada, tratando do aproveitamento de compotas, geleias e licores. Tem uma cooperativa que trabalha com óleo e temos um projeto de farmácia viva que trabalha com os fitoterápicos. Estamos implantando um projeto agora de essências e óleos essenciais. Temos um núcleo que trabalha com o processamento de sabonetes do próprio óleo do babaçu. E temos uma cooperativa que trabalha com o mesocarpo. E agora estamos aproveitando o papel reciclado, que é feito pelas mulheres da AMTR. Temos ainda um trabalho de artesanato do babaçu por uma associação de jovens do Lago do Junco e Lago dos Rodrigues. Então, e nós trabalhamos a questão da educação e a capacitação da juventude rural, dentro desse campo de geração de renda, e uma formação qualificada para o campo. Dentro dessa pedagogia das Escolas Família, pedagogia da alternância. E formação mesmo além de política, formação política, uma formação profissional. A nível de curso superior ligada à questão da universidade do estado. Então eu considero hoje o avanço da Assema muito grande. Tanto no raio de abrangência geográfico, quanto nas suas ações. E estamos trabalhando também a questão hoje que nós não tínhamos inicialmente, a questão de um programa que chamamos de Mobilização e Captação de Recursos. Então nós não tínhamos também esse programa de mobilizar recursos. Para a sobrevivência, para a sustentabilidade da própria instituição.

P/2 – Seu Raimundo, antes de vocês proporem essa tecnologia social de agro extrativismo em 2003, para o prêmio da Fundação Banco do Brasil, o senhor já tinha ouvido falar de algum projeto da Fundação?

R – A gente tinha visto falar já antes de 2003. Inclusive, se não me falha a memória, não sei se foi 2000, quando a Assema já tinha recebido um apoio de um pequeno projeto. Mas para nós foi importante quando a Fundação Banco do Brasil apoiou essa cooperativa que trabalha com o processamento do mesocarpo, lá em Esperantinópolis, com o apoio de fortalecimento às instalações, e o melhoramento do beneficiamento do mesocarpo. E a gente já tinha visto, nós fomos contemplados com esse projeto. E a nível de Brasil outras organizações parceiras a gente já tinha também ouvido falar, em conversas com os parceiros, com relação ao trabalho de apoio da Fundação dentro desse trabalho de tecnologia social.

P/1 – Desse apoio para o primeiro projeto, ele consistiu em quê?

R – Ó, eu não, ele consistiu nessa questão do fortalecimento de um dos nossos núcleos de geração de renda. Que é a, é um dos nossos núcleos de geração de renda feito pela cooperativa, que ele é uma tecnologia adaptada aos nossos trabalhadores, às nossas famílias. Que não consegue empregar as pessoas. Mas onde as pessoas conseguem fazer um aproveitamento do seu trabalho e associar o trabalho da agricultura, da roça, do babaçu. Onde as pessoas não passam a ser dependentes daquela máquina. Mas é uma máquina semi artesanal. Onde as pessoas vão lá, trabalham dois, três dias por semana, né? Faz o processamento do mesocarpo e o restante está nas outras atividades: da roça, do movimento social, as mulheres no movimento, na casa, né? Ou seja, não é um núcleo de geração de renda onde as pessoas ficam dependente da máquina. Mas é uma máquina semi artesanal. Então consistiu desta necessidade.

P/2 – Fantástico. E a ideia do prêmio? Vocês ouviram falar como? Como vocês ficaram sabendo? Vocês foram acionados para participar? Como que foi isso?

R – Esse prêmio, para nós, assim, nós fomos acionados que a gente, né, quando a gente ouviu pelo e-mail que tinha um edital. Esse edital tinha um período que a gente podia se inscrever. E como a gente já conhecia um pouco da história da Fundação, as linhas de ações, quais ações que a Fundação gostaria de estar fortalecendo - que era essa questão do trabalho social, da tecnologia adaptada às famílias camponesas agroextrativistas - e nós temos esse, essa premiação nós nos enquadrámos, né? Porque aqui que nós estamos trabalhando. E a gente se inscreveu em 2003. E eu lembro que na época de 2003, se eu não estou enganado me parece que era os 60 movimentos no estado. Tanto social quanto governamentais que se inscreveram. E a gente também mandou a nossa proposta para concorrer àquele prêmio. E para nós foi um momento importantíssimo.

P/2 – E no que é que consistia essa tecnologia social para agroextrativismo, que vocês propõem?

R – Bom, consistia no aproveitamento com mais qualidade, e fortalecimento das famílias no campo. Onde as famílias pudessem ter um trabalho, pudessem ter uma renda. E as famílias em si, agroextrativistas daquela região, ter a sua autoestima como família, como trabalhador rural, como quebradeira de coco. Como cidadão e cidadã. Com direito de estar construindo uma sociedade mais justa e igualitária. Então para nós era, consistia nessa premiação, essa divulgação para que as famílias se sentissem mais valorizadas. E nós não fomos os vencedores daquela premiação de 2003, mas nós nos sentimos vencedores. Pelo reconhecimento e pela valorização de nós termos chegado ao final. A ser os finalistas, digamos assim. Não fomos o premiado, mas só a divulgação que a Fundação fez com o nosso trabalho, para nós foi importantíssimo.

P/2 – Você foi para São Paulo?

R – Fui.

P/2 – E como que foi o dia da premiação?

R – Ah, foi maravilha, né? Foi uma beleza, assim. Eu lembro que eu estava lá com o meu companheiro Ronaldo. Ronaldo é um técnico agrícola que trabalha na produção da Assema. E eu lembro que eu tive uma conversa um pouquinho com o presidente da Fundação, que é o Jacques Penas, né? E ele dizia o seguinte: "Olha, a proposta de vocês é uma proposta belíssima. É uma proposta que entre as boas ela é uma das boas. E nós temos seis finalistas. E classificamos 33. Das 33 ficou seis e a de vocês está entre as seis." E aquele momento para nós, nós estamos número um...

P/1 – [risos]

R – ...das seis, né? Então assim, foi muito importante. Foi emocionante. Mas nós nos consideramos um evento importantíssimo. Sabe aquela coisa assim, de valorizar as ações feita pelos extrativistas do Brasil. Não foi só por nós. Foi pelos extrativistas do Brasil. E a capacidade que a Fundação teve de sair com uma linha dessa tão importante, que o Brasil precisa.

P/2 – E depois da premiação houve alguma parceria com a Fundação?

R – Depois da premiação nós conseguimos a nossa parceria. Nós mantemos contatos, a Fundação passou para a gente material informativo da premiação. De todo aquele processo da premiação. Ficou sempre em contato conosco, nós também com a Fundação. E depois a Fundação apoiou um pequeno projeto - estou chamando pequeno porque, não é figurativo não. Porque nós trabalhamos ainda com pequenos projetos, né? - de fortalecimento a um dos nossos novos projetos que eu acabei falando agora pouco. Que é o Programa de Mobilização de Recursos locais, onde nós saímos com uma campanha de amigos da Assema em 2005, dizendo o seguinte: a campanha tinha um slogan que dizia assim: "Apoie essa causa, se torne um amigo da Assema." E a Fundação Banco do Brasil nos apoiou nessa campanha. Então nós nos consideramos hoje, sem ser o vencedor daquela Fundação, mas agraciado, apoiado pelas ações da Fundação Banco do Brasil.

P/2 – E o que é que foi esse apoio assim concreto? Foi uma espécie de assessoria? Foi verba mesmo? Financiamento?

R – O apoio foi em verbas. Nós precisávamos estar realizando um evento lá em São Luís. Precisávamos estar fazendo a campanha no interior do estado. Equipamentos. E foi em verbas. Foi um projeto que nos proporcionou um computador, uma máquina fotográfica. E foi equipamentos e em espécie para realizar nossos seminários de lançamento e apoio à campanha ambiental e à campanha Amigos da Assema.

P/2 – Seu Raimundo, essa participação, o senhor antes de participar da premiação, da Assema participar da premiação, vocês tinham ideia de que o trabalho que vocês estavam fazendo lá era uma tecnologia social?

R – Não. Nós tínhamos uma ideia que era um, nós chamávamos de Núcleo de Geração de Renda. Chamava de Agroindústria. Mas nós não tínhamos esse nome, né? Então só a partir de 2003 que nós descobrimos que nós estávamos fazendo tecnologia social. Nós chamávamos: "Não, nosso núcleo é uma máquina semi artesanal, que é uma parte industrializada outra parte a gente faz com a mão. Como, por exemplo, o sabonete. Tem uma parte que é industrializada, mas o acabamento é feito com a mão." Então nós chamávamos de tecnologia artesanal. Uma máquina artesanal. Só a partir da premiação, quando nós nos aproximamos, que a Fundação se tornou parceira nossa, digamos assim, que nós dissemos: "Nós estamos fazendo tecnologia social."

P/2 – [risos]

R – Só aí que a gente...

P/1 – Mudou a maneira de ver as coisas?

R – É, mudou.

P/1 – E o que mudou?

R – Mudou de que a gente compreende que a questão da tecnologia não precisa ser uma tecnologia de ponta, como tem o agronegócio. Que é uma tecnologia de poucos. O lucro é muito. Mas é uma tecnologia que favorece a poucos. Então mudou, ajudou a gente compreender que a tecnologia pequena, a tecnologia social é uma tecnologia pequena, mas que dá trabalho, dá oportunidade, dá geração de renda para muita gente. Então ajudou a gente compreender esse espaço do que é que é tecnologia social e do que é que é uma tecnologia de ponta, que é chamada de agronegócio pensando simplesmente na questão da exportação. E deixando que parte dos ribeirinhos, extrativistas que estão lá, os agricultores, enfim, ficassem sem condições de participar desse grande lucro que o Brasil tem.

P/1 – Tem um trabalho de influenciar em toda a cadeia produtiva?

R – Tem. Ele tem um incentivo de agregação de valor. E não simplesmente as famílias a produzir, que era o que nós fazíamos antes.

P/1 – Tinha o intermediário que ia lá, comprava, e vendia para a indústria de cosméticos?

R – Tinha, tinha. Em função, o que deu norte para isso foi quando a gente entrou na linha do cooperativismo. Que a nossa amêndoa a gente quebrava o coco e vendia para o atravessador, mas o preço era feito por ele. E não por nós. A partir daí a gente não sabia mais para onde ia essa produção. Nem o que era feito nem se dava lucro. Então a questão da tecnologia social puxada pela Fundação Banco do Brasil, ela tem esse caráter, esse compromisso, de fazer com que as pessoas compreendam essa cadeia da agregação de valor e da cadeia produtiva e aproveitamento dos recursos naturais como todo. E não simplesmente só a amêndoa, mas a questão da amêndoa, do carvão, do processamento do açaí, do processamento da juçara. Do artesanato. Enfim, de todos aqueles recursos que é possível trabalhar a questão da agregação de valor. Da cadeia produtiva como um todo. E tira o atravessador do meio. E que as famílias, elas sejam as produtoras, as beneficiadoras, e chegue aos consumidores.

P/1 – Esse atravessador ele impunha o preço. Qual era a forma de pagamento? Era dinheiro ou era em espécie? Dependia...

R – Eles tinham as duas formas. Na época os atravessadores davam o chamado vale. Era um papelzinho escrito dizendo que a sua produção valeu tanto e "Eu não tenho dinheiro hoje para lhe pagar. Se você quiser levar em mercadoria você leva, senão você espera aí mais um prazo." às vezes as pessoas pegavam, vendia sua produção e pegavam as mercadorias, era uma troca, um câmbio. E às vezes eles davam uma parte em mercadoria e uma parte em dinheiro. Então funcionava dessas três formas. O vale, chamado vale, a troca de produção por mercadoria, e uma parte de produção e uma parte em dinheiro.

P/1 – Com a eliminação desse intermediário, dá para perceber uma melhoria na possibilidade de aquisição, ou uma melhoria na qualidade de vida das pessoas que produzem, que trabalham com o babaçu? É perceptível isso?

R – É, a gente percebe claramente. Porque o apoio da Fundação Banco do Brasil, esse incentivo, vai proporcionar melhores estruturas, melhores condições de instalações para as famílias. E as pessoas podem estar fazendo o seu processamento com mais qualidade. E a entrada no mercado. E aí agrega um valor. E da forma que nós estamos trabalhando, que é na linha do cooperativismo, vem da linha do comércio solidário, esse valor vai direto para quem está lá na ponta. Para quem está produzindo. Que são as famílias. Por exemplo, o preço da nossa amêndoa na região do Médio Mearim onde nós temos cooperativa. O preço, a média que nós tínhamos chegava de 55 a 60 centavos por quilo. Nós já chegamos em outros anos há um pouco mais de um real a média do quilo. Esse preço é nós que fazemos. Os atravessadores da região estão se adaptando a nosso preço. Então isso foi um ganho importante.

P/1 – Um efeito, né, multiplicador.

R – Um efeito, um impacto naquela região. E esse preço nós que estamos fazendo. Porque a nossa produção isso proporcionou melhores condições de qualidade da nossa produção. Nós estamos indo direto aos consumidores e com condições de exportar um pouco da nossa produção.

P/1 – Exportar?

R – É, nós estamos exportando um pouco de óleo e um pouco de sabonete. E tem agora uma perspectiva boa para a gente estar exportando um pouco do mesocarpo. Se esse sonho for realizado eu acredito que as nossas famílias vão ter um ganho mais satisfatório. Em uma das nossas cooperativas nós já temos uma média de renda só do babaçu que varia entre meio salário a um salário mensal, oriundo do babaçu. E quem proporcionou foi esse trabalho que nós estamos fazendo com esse incentivo da Fundação. Com essa clareza. Dentro da linha do cooperativismo e a comercialização solidária.

P/1 – Explica para a gente, eu até sei, mas eu gostaria de estar registrando. O que é que é o comércio solidário? Comércio justo, que eles falam?

R – O comércio justo é onde existe alguns grandes mercados, grandes fundações que têm um departamento que valoriza um produto que é feito, é processado por um grupo de pessoas que tem outros trabalhos fora da produção. Que aí está a questão social, que aí está a questão ambiental, que aí está a questão da distribuição de renda mais justa. Então esses setores eles apoiam grupos dessa forma. Como por exemplo, a Body Shop na Inglaterra. Que tem um setor, apesar de ser uma grande companhia, mas que tem um setor chamado Mercado Justo. E eles compram nosso óleo porque o nosso óleo é certificado. O único óleo de babaçu certificado até onde se sabe hoje no mundo.

P/1 – Ah, é?

R – É. E tem toda uma causa social, tem toda uma história de valorização das famílias. Então eles compram parte do nosso óleo. E onde nós estamos trabalhando a questão do cooperativismo. Onde nós temos famílias que são sócios da Coppalj [Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco], que cada uma produz parte dessa produção e comercializa através da cooperativa. Ou seja, a cooperativa junta essa produção das famílias, processa e vende. E depois pega esse lucro, que é o chamado de sobra, e devolve às famílias que são sócias. Retribuindo o valor, o fluxograma que essa cooperativa conseguiu ganhar com a produção dessas famílias, e volta em espécie. Que é o chamado de ratar a sobra no final do ano financeiro para as famílias. Então nós estamos dentro desse mercado da comercialização solidária.

P/1 – Foi por isso que o senhor foi para a Inglaterra, que o senhor estava falando, para a Inglaterra e para a Itália?

R – É.

P/1 – Eu queria que o senhor falasse um pouco dessas viagens, como é que foi enfrentar uma viagem tão longa assim e chegar em outro país. Você sair lá do Maranhão e chegar na Inglaterra, na Itália para negociar, levar a questão do babaçu. Como é que surgiu essa oportunidade?

R – Essa viagem eu fiz em 98. Nessa época eu era presidente de uma das cooperativas que hoje é sócia da Assema, a COPPAJL. E em 98 a gente já trabalhava com a Body Shop. Aí surgiu um seminário lá na Inglaterra, na sede da Body Shop, né? A cidade eu não me recordo o nome agora, mas é vizinha à Londres. E onde tinha parceiro em 18 países. Que a Body Shop comprava a produção nessa linha do Mercado Justo. E a Assema foi uma das convidadas. E eu tive esse privilégio de ir representá-la. Eu e o companheiro Valdeney, que trabalha na linha do cooperativismo. A gente foi para esse seminário, ficamos uma semana lá na Inglaterra discutindo essa questão da parceria. Nós tínhamos um contrato de quatro exportações ao ano, 10.800 quilos cada exportação. E na oportunidade, a Body Shop estava trabalhando um aproveitamento de outro subproduto, que eles trabalhavam na linha de cosméticos. Eles já estavam tendo percentual de óleo de babaçu em outras linhas, em outros cosméticos. Nesse período eles estavam dizendo que já estavam usando óleo de babaçu em seis produtos diferentes. Entre eles, tudo na linha de creme, tanto papel, essa questão mais de maquiagem, né? Então a gente foi para ver esse avanço do produto nosso, que eles estavam trabalhando, lá na Inglaterra. E também fizemos uma visita na empresa, na agroindústria que eles têm lá. Que é uma companhia muito grande. E também para trabalhar futuras parcerias. Na oportunidade nós tivemos proposta de até aumento da produção na venda do nosso óleo. Entretanto, hoje, oito anos depois, nós já estamos exportando cerca de 13 mil toneladas a cada quatro meses.

P/1 – A cada quatro meses?

R – A cada quatro meses. E dependendo da necessidade eles têm pedido um pouco mais disso. Então essa viagem foi um seminário nesse sentido, de troca de experiência.

P/1 – Isso que eu queria que o senhor falasse assim: teve outras comunidades do mundo todo que estavam ali?

R – É, nós tivemos...

P/1 – Representadas.

R – ...nós tivemos, né, tinha representante de 18 países que também tinham a mesma característica nossa, né? De trabalhar com pessoas de baixa renda, pessoas que viviam do agro extrativismo, de artesanato. Na mesma oportunidade o assunto era esse do fortalecimento da parceria.

P/1 – Hum, hum. Teve algum trabalho que o senhor conheceu ali que chamou a atenção de alguma pessoa, de alguma comunidade de outro lugar do mundo, assim?

R – Não, como o tempo foi pouco, a gente ficou na sede. Depois tivemos uma conversa lá em Londres, e nessa conversa a gente deu uma visitada em uma das lojas da Body Shop. E onde a gente pode ver o nosso produto e produto de outros companheiros de associações de outros países, na mesma loja da Body Shop. E, no momento, a Body Shop dizia que estava trabalhando, isso há oito anos atrás, né? Em 40 países e teria 1400 lojas, nesses 40 países. E que nosso produto estava espalhado praticamente em quase todas essas lojas. Então, para nós, foi um privilégio.

P/2 – Seu Raimundo, eu fico ouvindo o senhor falando sobre essas quatro toneladas de óleo, qual é a capacidade dos babaçuais de produção? Como que é a coleta anual? Tem como estar trabalhando com essa demanda tão grande?

R – A questão da capacidade de produção dos babaçuais na nossa região é imensa. Nós temos muito babaçu. Hoje, as pesquisas feitas pela Embrapa dizem que cerca de 30% da produção de babaçu ainda está se perdendo no campo. Nós estamos aí aproveitando cerca de 70%. Desses 70%, nós, a cooperativa, dentro desse módulo que nós estamos trabalhando, que é na linha de cooperativa e com produção certificada,

nós somos o movimento que menos aproveita o babaçu. Nós estamos processando cerca de 300, um pouquinho mais de 300 toneladas de amêndoa por ano. Nós estamos querendo chegar a cerca de 500 toneladas por ano, mas a capacidade é muito maior. Por exemplo, as grandes fábricas da região lá do Maranhão, Poleama, Sabão Princesa, e Saponóleo, enquanto nós processamos - isso um dado um pouco, aí há uns 6, oito anos atrás - 300 toneladas por ano, eles processavam 250 toneladas por semana. Para vocês terem uma ideia da quantidade de babaçu que tem no Maranhão. Nós estamos processando pouco ainda, comparado com as grandes, em função da história de preservação que nós estamos fazendo. Em função da tecnologia social que nós estamos trabalhando, que é a de agregar valor, de agregar um trabalho social e a valorização das pessoas. E eles estão dentro do agronegócio. Aquela questão de ganhar dinheiro. Mas capacidade de produção, no Maranhão, tem bastante.

P/1 – Deixa eu lhe perguntar, ainda em relação ao babaçu, uma coisa que eu sinto. O babaçu é uma atividade extrativista, né?

R – É.

P/1 – É possível fazer uma plantação de babaçu, ou isso, que assim, eu conheço um pouco da castanha. A castanha você não consegue fazer uma plantação porque ela precisa da própria floresta para sustentar as árvores. Como é que é?

R – Hoje, no Maranhão, não tem a necessidade da gente plantar o babaçu. O Maranhão hoje, apesar das palmeiras já adultas estarem ficando velhas, nós já estamos estimando que daqui 20, 30 anos a produção de babaçu vai cair. Ela vem diminuindo e ela vai diminuir daqui uns 30, 40 anos não ter a mesma produção que tem hoje. Mas pindova nova nós temos em quantidade. Que é chamado de pindovas jovens. São pindovas pequenas. Pindovas que chegam a um metro, dois metros de altura. Que ainda não tem o palmito fora da terra. O palmito está dentro da terra, só está a palha fora. Nas soltas no campo tem em quantidade. O problema é que os grandes latifúndios, fazendeiros, com o chamado Projeto da Pecuária que eu falei anteriormente, aquela pindova é torada, ela é cortada duas vezes ao ano. Às vezes, duas vezes ao ano. Então ela não tem como crescer. Só estão lá as adultas. Dentro do nosso projeto de Lei Babaçu Livre, tem um artigo que diz que é preciso preservar 60 palmeiras por hectare, e mais 60 palmeiras jovens por hectare.

P/1 – Para poder substituir...

R – Para poder substituir as adultas. Nós estamos estimando que as adultas são como um ser humano: tem um período que a mulher, o homem fica estéril, não produz mais. É como a palmeira, tem um período que ela está no meio, mas não tem mais produção. Então tem que ter uma pindova nova para substituir. Então no Maranhão, principalmente na região dos babaçuais, porque tem região do Maranhão que não tem babaçu. Região do cerrado não tem. Mas na região dos cocais, aonde tem babaçu, no momento só precisa preservar as que já estão lá, novas.

P/1 – Sei, crescendo, precisa crescer.

R – É, crescendo. A gente já deu um passo importante. Foi criar a lei e algumas regiões já estão preservando. Mas ainda nós consideramos pouco.

P/1 – Tá.

P/2 – Bom, seu Raimundo, o senhor comentou que a produção de vocês em relação às grandes indústrias no Maranhão ainda é uma produção pequena, né? De babaçu até o processamento, o óleo, o sabonete. Existem outras associações que trabalham também junto com essa ideia da cadeia produtiva? Que tem, que pega o agricultor ou a pessoa, as famílias que coletam o babaçu e também produzem, comercializam? Ou só existem vocês lá no Maranhão?

R – Não, tem outros movimentos, inclusive somos parceiros. Nós temos na região de Tocantina, ali do Imperatriz, um movimento que trabalha acompanhado pelo Centru, que é o movimento ligado às igrejas. O CNPT [Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais], são parceiros nossos. Temos lá no Tocantins também um grupo de companheiras que trabalham com o aproveitamento do babaçu, processamento do óleo. E estão querendo chegar a produzir também sabonetes. Parceiros nossos, muito forte, né? E tem um grupo de mulheres no Maranhão que nós estamos trabalhando uma parceria junto. Inclusive agora semana passada, estivemos juntos, lá em uma reunião ampliada. Elas estão fazendo o processamento, implantando um movimento igual ao nosso. E nós estamos dando apoio. Porque é uma região grande, tem muito babaçu. Assim também como no Piauí, Esperantina. E todos esses grupos que eu acabei de citar agora, é acompanhado pelo movimento do MIQCB, que é o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco do Piauí, do Maranhão, do Pará e Tocantins. É um movimento de mulheres, que criaram um movimento interestadual de fortalecimento ao aproveitamento dessa cadeia produtiva do babaçu. Então não somos só nós. E nós estamos sendo parceiros deles no aproveitamento que a gente entende que é a saída. Trabalhar em rede.

P/1 – Ah, tá. Depois que a tecnologia do agro extrativismo foi reconhecida pela Fundação vocês foram procurados por outras instituições para que eles conhecessem o modo como vocês trabalhavam?

R – É, nós fomos procurados, inclusive eu até acho que foi um incentivo, também pela Fundação, foi até nessa viagem que a gente veio para cá. Naquele seminário de geração de renda, que aconteceu aqui em Brasília. No Maranhão está sendo trabalhado um projeto de aproveitamento do biodiesel do babaçu, pelo governo do estado. A nível, tem um funcionário do Incra que está fortalecendo essa ideia. E eles querem desenvolver esse projeto. E em uma conversa, a gente compreendeu que nós devemos estar disseminando essa proposta em outras regiões do Maranhão. Que não ficasse ali só no Médio Mearim, no raio de abrangência da Assema. O problema é que a gente sentiu um pouco as pernas meia pequenas ainda para estar fazendo essa disseminação. Mas nós estamos lá fazendo o que, da maneira do possível na parceria. Para que essa ideia, ela seja levada para outras regiões. É justamente o que nós estamos fazendo agora lá na região da Baixada do Maranhão. Apoiando essa

iniciativa das companheiras. É um grupo de mulheres lá da Penalva, na região da Baixada.

P/1 – É, você quer explorar mais?

P/2 – Acho que a gente já pode...

P/1 – Finalizar, né? É o que eu estou pensando aqui. Já falou da parceria, tudo. Qual que seria a importância, sem superdimensionar, mas assim, qual seria essa importância da presença da Fundação nessa parceria, no reconhecimento do agroextrativismo como uma tecnologia social?

R – Bom, a importância é, levar em conta esse trabalho que a Fundação está fazendo, apoiando vários projetos de incentivo ao desenvolvimento de tecnologia social no Brasil. E nós do Maranhão, trabalhadores rurais, quebradeiras de coco, que vem desenvolvendo essa mesma tecnologia e sendo reconhecido pela Fundação Banco do Brasil, e com apoio da Fundação Banco do Brasil, nós achamos isso importantíssimo. Porque o nosso produto, de uma certa forma, está sendo divulgado. Além do apoio que a Fundação Banco do Brasil está dando para nós, está sendo divulgado. Ou seja, a nossa campanha de Amigos da Assema é uma coisa que vai ter mais sucesso, mais êxito. Porque a questão da divulgação para nós é importantíssima. O nosso nome, a nossa história, o nosso produto, isso a gente entende como um reconhecimento e uma valorização pelo trabalho que nós estamos fazendo lá no interior do estado do Maranhão.

P/1 – Não sei se é uma pergunta assim meio que não cabe. Mas, muitas pessoas têm preconceito com os assentamentos, com as pessoas que lidam com reforma agrária. O fato de ter toda essa história que é muito bonita de luta, de trajetória de transformação social ajuda que as pessoas aceitem melhor?

R – Sem dúvida. Porque há alguns anos atrás, digamos aí daí uns 10, 15 anos atrás, as nossas companheiras, não digo nem os homens – porque, ainda hoje, esse preconceito dos homens ainda existe muito forte. Não é todo homem que diz que é quebrador de coco não - mas alguns anos atrás as mulheres não diziam que eram quebradeiras de coco. Elas não diziam. Diziam que eram trabalhadoras rurais, diziam que eram domésticas, mas não diziam que eram quebradeiras de coco, pela questão do preconceito. Porque quebradeiras de coco eram consideradas pessoas que não tinham identidade. Que não tinham renda. E a mesma coisa eram os assentados. Quando eu dizia assim: "Eu sou assentado" para a sociedade, para muita gente da sociedade, era baderneiro, tomador das terras alheias. Então eram pessoas sem instrução, sem identidade, sem cultura. Então com o trabalho que nós estamos fazendo, isso se tornou um reconhecimento na nossa região do Médio Mearim. Se tornou reconhecimento no estado. E se tornou reconhecimento a nível de país. E a gente considera hoje que já passou um pouco da fronteira do Brasil. Um pouco também internacional. E isso hoje a sociedade já olha para as mulheres com um outro olhar. Já olha aquela região como desenvolvimento sustentável. Já olha aquela região como um empreendimento que dá condições de vida para as pessoas sobreviverem ali com um projeto a longo prazo. E nós nos consideramos hoje, não é só nós, né? Que das três fontes de renda que mais gera renda naquela região está a pecuária, está a agricultura familiar, e está o extrativismo do babaçu. Naquela região do Maranhão. São as três fontes de geração de renda. Então isso para nós foi uma mudança extraordinária, né? O reconhecimento, a valorização.

P/1 – E o senhor agora, que está contando essa história? Não deve ser a primeira vez, mas enfim, como é que é para o senhor olhar assim, como que o senhor se vê nessa história?

R – Eu me vejo assim, é difícil essa coisa da autoavaliação. Mas eu me vejo como um elemento juntamente com os meus companheiros e as companheiras, que formam aquele bloco, de organização: Assema, cooperativas, associação de mulheres, sindicatos, associação de jovens, igreja, ACR, Acesa, MST, que são parceiros nossos muito fortes, né? Eu me vejo como um tijolo nessa construção. E eu me vejo dessa forma que, um pouco até orgulhoso de dizer isso, que aquela mudança, essa mudança social eu tive a minha contribuição. Então eu me avalio como um tijolo nessa construção importante. Nessa mudança, revolucionária, digamos assim, nesse sentido de estar trabalhando um projeto viável e sustentável para aquela região.

P/1 – E como é que foi conciliar esse trabalho todo em prol da comunidade, da região, de transformação social com a vida pessoal? O senhor falou que quando começou o senhor tinha acabado de se casar? Como é que foi conciliar? Vamos falar um pouquinho assim do casamento com esse cotidiano de luta? [risos]

R – Isso foi difícil, né? Difícil porque a minha esposa levou um tempo para compreender esse processo que eu teria abraçado. E teve alguns momentos que ela disse assim: "Olha, se eu soubesse que tinha casado para, assim, a gente ficar sozinho em casa e tu fora, talvez a gente não tivesse casado." Mas aí hoje eu avalio que ela participa menos do que eu no movimento, ela fica mais na comunidade. Mas depois veio os filhos. Os filhos hoje o mais novo tem 13 anos. Eu tenho o apoio dos filhos. Hoje ela já me compreende. Já acha que é um movimento que tem que ser dado continuidade. Ela faz parte hoje do movimento que é o Grupo das Essências, da MTR. Faz parte da MTR, que é sócia da ASEMA. E a princípio a gente teve dificuldade, nessa questão de relações familiar. Mas graças a Deus a gente manteve momento assim de várias conversas, que chegaram a um denominador. E a saída era essa. E eu tenho hoje o apoio além da família, da comunidade, e dos movimentos que nós somamos juntos naquela região.

P/1 – Qual que é o nome da sua esposa e dos seus filhos?

R – É Dalvani Livramento Jesus. Gilsemara de Jesus Ermino, João Paulo de Jesus Ermino, Antonia de Jesus Ermino, Ana Rute de Jesus Ermino, e Fabiana de Jesus Ermino.

P/1 – São quatro?

R – São cinco.

P/1 – Cinco?

R – São cinco. Fabiana é a mais nova. E hoje eu me sinto, digamos assim, ainda dentro dessa pergunta, privilegiado pelo espaço que me foi dado. Dos companheiros, das companheiras. Eu, a minha trajetória eu comecei da comunidade. Passei pela cooperativa, passei pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ajudei a articular a fundação do Escola Família. Ajudei a fundar associações de mulheres. Ajudei a fundação de associação de jovens. Ajudei a fundação da Assema, da qual hoje sou da coordenação geral. Então todos os movimentos ali, eu dei a minha contribuição. Então me sinto privilegiado pela minha base.

P/1 – E o senhor deve estar acostumado a dar entrevista e a falar. Mas assim, e olhando para trás, depois dessas quase duas horas que a gente está conversando aqui sobre a trajetória do senhor e da Assema, o que é que significa para o senhor ter dado essa entrevista olhando tudo isso, todo esse passado, toda essa história?

R – Pois são momentos que fortalecem a minha vida como pessoa. E fortalece também o movimento que eu represento hoje. E isso digo que fortalece porque essas oportunidades de falar da minha vida, de falar da vida da trajetória do movimento da qual eu faço parte a sociedade ela não teria dado a oportunidade. Então hoje, a sociedade de modo geral, ela não teria dado essa oportunidade. Então hoje tem alguns espaços que dão essas oportunidades. Entre eles está a Fundação Banco do Brasil. Está alguns setores das universidades tanto estadual quanto federal. A gente conseguiu esse espaço. E eu considero você olhar para trás um pouco esses espaços, nós não teríamos essas oportunidades. E eu considero como uma coisa assim importante. Quando eu digo que fortalece o meu movimento, é que vamos trabalhar na perspectiva de ter mais organização, parte organizativa dos movimentos. De trabalhar a questão da qualidade e não se preocupar só com quantidade de produção. Fortalecer a questão ambiental. Enfim, de trabalhar essa agregação da valorização da pessoa humana, das relações entre homens e mulheres. Então para mim se comparar esse momento com o passado é um momento oportuno. Momento que a gente tem que aproveitar bastante.

P/2 – Eu vou voltar só um pouquinho assim, uma curiosidade, se houve alguma participação, algum contato com funcionários do Banco do Brasil? Assim até nessa inscrição da tecnologia social? Agroextrativismo?

R – Bom, nós tivemos, né, contato com três pessoas do Banco do Brasil, uma da Fundação. Uma pena porque eu não sei o nome dos três. Mas tem dois lá de São Luis que se não me falha a memória é o Willian, e tem mais outro, que eu não sei se é o Fábio. Eu não me recordo aqui o nome dele. E um daqui da Fundação que fez uma visita à Assema. Inclusive no dia desse seminário, no dia de geração de renda, que ele estava aqui a gente bateu um papo, mas eu não me recordo o nome dele.

P/2 – O Rogério?

R – Acho que não é o Rogério não?

P/1 – Ricardo, Silvio.

R – Acho \_\_\_\_ Ricardo.

P/1 – Ricardo Bráulio.

R – E a gente teve essa conversa, e todas as conversas que a gente teve foi no sentido deles estarem fazendo, ajudando a gente a compreender essa necessidade de expandir esse trabalho que nós estamos fazendo. De levar para outras regiões. De fazer a disseminação como eu falei agora a pouco. Porque outras regiões têm a necessidade, e naquela região que nós estamos, a gente já deu um passo. Então ele sente a necessidade de que a gente pode estar também ajudando a levar essa ideia, esse trabalho, essa tecnologia para outras regiões. Todas as conversas foram importantes no sentido de fortalecer.

P/2 – O senhor participou daquele seminário que teve no ano passado...

P/1 – Em dezembro, é esse que ele está falando.

R – Participei.

P/2 – Isso, daquele, legal, o senhor apresentou a tecnologia social ou o senhor veio para ouvir um pouco as experiências.

R – Eu apresentei. Tinha uma parte onde a gente estava apresentando tecnologia social, que a Assema vem desenvolvendo. Inclusive agora a pouco, estava tomando um café ali com a Cláudia e estava mostrando um livro que eles produziram. E o livro acabou de sair. Recebemos um ontem lá na Assema. Inclusive estou com ele aqui na minha bolsa, né?

P/2 – Quem é que produziu?

R – Esse livro, a Fundação Banco do Brasil.

P/2 – A Fundação?

R – E eu só li um pouco, né?

P/1 – No ano passado.

R – Mas foi a Fundação Banco do Brasil a partir de todas as falas das apresentações, né?

P/1 – É.

R – Foi produzido um livro. Livro muito bom. Tem um tema: Geração de Renda a Partir das Tecnologias Sociais.

P/1 – Bom, então a última pergunta, seu Raimundo. Que é que o senhor achou assim de ter participado dessa entrevista para o livro dos 20 anos da Fundação? Contado essa trajetória?

R – Ah, esse é outro momento também importante. Primeiro porque eu considero a Assema privilegiada por ter tido essa oportunidade. E até aproveitar o momento e agradecer pelo convite, pela escolha de estar dando essa contribuição nessa entrevista para o aniversário dos 20 anos. E eu como pessoa, também gostaria de agradecer à minha associação por ter me concedido, ter confiado. Então esse é o momento importante. Que eu repito. Isso, para a base que forma a Assema, dentro do trabalho que nós estamos fazendo, a gente considera como grande avanço e um privilégio em estar contribuindo com esse momento importante. Não só mais para nós, mas já para o Brasil. Por essa iniciativa importante que a Fundação vem trabalhando.

P/1 – Fantástico. Bom, então em nome da Fundação e do Museu da Pessoa a gente também queria agradecer a vinda do senhor até Brasília, a disponibilidade de ter dado a entrevista. A gente queria muito agradecer.

R – Ah, eu que agradeço, né?

P/1 – [risos]

R – Mais uma vez à Fundação Banco do Brasil, o Museu de Pessoa por ter nos dado essa oportunidade para a Assema.

P/1 – Então tá.

P/2 – Obrigada. [risos]